

ESCOLA NAVAL

Edital 20/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
20/2026	762400-ESCOLA NAVAL	BRUNO GOMES DE CARVALHO	15/06/2026 14:53 (v 0.5)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		63099.002673/2026-10

1. DO OBJETO

PREGÃO ELETRÔNICO

20/2026

(UASG)

762400

OBJETO

Aquisição de materiais para modalidades esportivas, uso esportivo, materiais diversos e variados, e materiais para exercícios resistidos e cíclicos.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 412.275,63

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

De acordo com o PNCP

Critério de Julgamento:

Menor preço

Modo de disputa:

Aberto

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO



ESCOLA NAVAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2026

(Processo Administrativo nº 63099.002673/2026-10)

Torna-se público que a Escola Naval, por meio do setor de Obtenção, sediada na Avenida Almirante Sylvio de Noronha, s/nº, Ilha de Villegagnon, Castelo, Rio de Janeiro — RJ, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é aquisição de materiais para modalidades esportivas, uso esportivo, materiais diversos e variados, e materiais para exercícios resistidos e cíclicos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. Em caso de divergência no Catmat, prevalecem as descrições dos itens conforme planilha anexa ao TR.

1.4 No presente processo, os itens oriundos deste certame poderão ser renovados em sua totalidade em caso de necessidade da administração, sendo observada a manutenção da vantajosidade. A celebração de tal feito ocorrerá por meio de termo aditivo, dentro do prazo da vigência da ARP, em acordo com o nº 00075/2024/DECOR/CGU/AGU.

1.5 Não se aplicam ao objeto os textos taxados no processo.

1.6 DO JULGAMENTO POR ITEM E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO

1.6.1. A presente licitação terá, em observância à Súmula TCU nº 247, julgamento POR ITEM, que estabelece a obrigatoriedade de permitir adjudicação por item quando o objeto for divisível, sendo que cada item constitui unidade autônoma de análise, classificação e habilitação.

1.6.2. Nas fases de julgamento e habilitação, cada licitante deverá apresentar proposta e documentação individualizada para cada item no qual tenha interesse em participar.

1.6.3. O julgamento das propostas será realizado de forma independente para cada item, podendo um mesmo licitante ser classificado em primeiro lugar em um ou mais itens.

1.6.4. A habilitação será verificada individualmente para cada item no qual o licitante tenha sido classificado em primeiro lugar.

1.6.5. DAS OBRIGAÇÕES DE APRESENTAÇÃO INDIVIDUALIZADA POR ITEM

1.6.5.1. Durante as fases de julgamento e habilitação, os licitantes deverão apresentar, obrigatoriamente, para cada item no qual participem:

1.6.5.1.1. Proposta de preços detalhada e individualizada;

1.6.5.1.2. Documentação de habilitação específica, quando exigida;

1.6.5.1.3. Amostras, quando solicitadas;

1.6.5.1.4. Quaisquer outros documentos solicitados pelo pregoeiro; e

1.6.6. DOS EFEITOS DA APRESENTAÇÃO INADEQUADA

1.6.6.1. O licitante que deixar de apresentar adequadamente a documentação para qualquer item será:

1.6.6.1.1. Desclassificado especificamente no item para o qual não apresentou a proposta ou documentação exigida;

1.6.6.1.2. Inabilitado no item em questão, sem prejuízo dos demais itens; e

1.6.6.1.3. Convocado o próximo colocado para análise apenas no item não atendido.

1.6.7. DAS VEDAÇÕES NA APRESENTAÇÃO

1.6.7.1. É expressamente vedado:

1.6.7.1.1. Apresentar documentação "em lote" ou "agrupada" para múltiplos itens;

1.6.7.1.2. Referenciar um item à documentação de outro item; e

1.6.8. DA ORGANIZAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO NO SISTEMA ELETRÔNICO

1.6.8.1. Mesmo que o sistema eletrônico permita o upload de documentos de forma agrupada, cabe ao licitante organizar e identificar claramente qual documentação se refere a cada item específico, preferencialmente em arquivos separados e identificados por item.

1.6.8.2. A identificação inadequada da documentação por item poderá ensejar solicitação de esclarecimentos ou desclassificação/inabilitação do item específico.

1.6.9. DA ADJUDICAÇÃO FINAL

1.6.9.1. Após as fases de julgamento e habilitação, a adjudicação será realizada por item, podendo resultar em múltiplos adjudicatários para o mesmo processo licitatório.

1.6.9.2. A adjudicação de um item não condiciona nem interfere na adjudicação dos demais itens.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021[A3] , para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.5. . empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.11. *sociedades cooperativas*;

3.7.12. *pessoas jurídicas reunidas em consórcio*;

3.7.13. *pessoas físicas*.

3.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.9. O impedimento de que trata o item 3.10.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.10.4 e 3.10.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.12. O disposto nos itens 3.10.4 e 3.10.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.14. A vedação de que trata o item 3.11 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.13.2 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

5.7. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.7.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.8. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.8.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.8.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.9. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.9.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.9.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.9.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.9.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.9.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.9.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.9.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.9.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.10. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

5.11. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4, 5.8 ou 5.10[A5] sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.12. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.13. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.14. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.15. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.15.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.15.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.16.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.16.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.17. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.15 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.18. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.19. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor unitário e total do item;

6.1.2. marca;

6.1.3. fabricante;

6.1.4. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo de itens conforme tabela 1.1 constante no Edital.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS /PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

- 6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.
- 6.12. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.
- 6.13. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.
- 6.14. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
- 6.15. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.
- 6.16. Os custos mínimos relevantes e demais informações referentes aos benefícios trabalhistas encontram-se definidos no Termo de Referência.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão e os licitantes.
- 7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1 (um) real.
- 7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 7.11. O presente Processo adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

~~7.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.[A4]~~

~~7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.~~

~~7.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.~~

~~7.12.3. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.~~

~~7.12.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.~~

~~7.12.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.~~

~~7.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.[A5]~~

~~7.13.1. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 5º do artigo 25 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.~~

~~7.13.2. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.~~

~~7.13.3. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.~~

~~7.13.4. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.~~

~~7.13.5. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.~~

~~7.13.6. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.~~

~~7.13.7. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.~~

7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.20.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

7.20.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

7.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.21.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas

de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).

7.21.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

7.21.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.21.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.21.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.21.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.21.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.23. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.23.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.23.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.23.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

7.23.4. declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

7.24. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.24.1. empresas brasileiras;

7.24.2. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.24.3. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.25. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.26. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

~~7.26.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.~~

7.26.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.26.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.26.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.26.5. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.26.6. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.26.1 É dever de todas as licitantes a plena leitura do instrumento convocatório e de seus anexos antes da sessão pública, sendo a fase de divulgação do edital o momento próprio para sanar dúvidas e apresentar questionamentos, nos termos do art. 164 da Lei nº 14.133, de 2021, e do art. 16 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 2022. Incumbe a cada licitante, com antecedência suficiente, promover a organização, separação e preparo de sua documentação e proposta para envio tempestivo ao sistema eletrônico, sendo de sua exclusiva responsabilidade os ônus decorrentes da inobservância desse dever, sem prejuízo da faculdade prevista em estrita análise.

7.27. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Sicaf;

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

8.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.6.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

~~8.8. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração.~~

~~8.9. Os acordos, dissídios ou convenções coletivas indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado, obedecidos os custos mínimos relevantes fixados pela Administração.~~

8.10. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.10.1. conter vícios insanáveis;

8.10.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.10.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.10.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.10.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

8.10.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.11. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.11.1 Sem prejuízo do disposto no item 8.13, reserva-se ao Pregoeiro a faculdade de instaurar diligência para aferição de exequibilidade quando o valor ofertado, embora superior ao limite estabelecido no caput, apresentar indícios de incompatibilidade com as condições de mercado ou com os custos mínimos necessários ao

fornecimento regular do item, devendo o licitante, nessa hipótese, observar o disposto no item 8.13.1 para fins de comprovação.

8.12. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.12.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.12.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.13. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.13.1 A comprovação de exequibilidade deverá demonstrar a compatibilidade entre o valor ofertado e as condições de fornecimento do item em análise, com descrição objetiva e vinculada ao próprio item, observadas as previsões e os parâmetros de referência que poderão ser solicitados em demonstrativo as licitantes estabelecidos no Estudo Técnico Preliminar em item sobre exequibilidade.

~~8.14. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta:~~

~~8.14.1. Em se tratando de obras e serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato:~~

~~8.14.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual:~~

~~8.14.3. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;~~

~~8.14.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta:~~

~~8.14.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço:~~

8.16. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.16.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.16.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.17. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.18. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

~~8.19. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.~~

~~8.20. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.~~

~~8.21. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.~~

~~8.22. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.~~

~~8.23. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.~~

~~8.24. No caso de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, o licitante deverá entregar junto com sua proposta de preços, os seguintes documentos:~~

~~8.24.1. declaração informando o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta;~~

~~8.24.2. cópia da carta ou registro sindical do sindicato a qual ele declara ser enquadrado, em razão do regramento do enquadramento sindical previsto na CLT ou por força de decisão judicial;~~

~~8.24.3. cópia do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante para a elaboração da planilha de custos e formação de preços que embasam o valor global ofertado; e~~

~~8.24.4. declaração de que se responsabiliza nas situações de ocorrência de erro no enquadramento sindical, ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado ou no qual a empresa não tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria, que daí tenha resultado vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, sujeitando a contratada às sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133, de 2021;~~

~~8.25. Na hipótese dos postos de trabalho licitados se distribuírem por território correspondente a mais de uma base sindical da categoria profissional, deverão ser informadas cada uma das normas coletivas utilizadas para o cálculo do custo individual dos postos, a partir da base territorial de cada sindicato.~~

~~8.26. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.~~

~~8.27. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.~~

~~8.28. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação deve verificar se as previsões do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicados pela Administração estão sendo contempladas na Planilha de Custos e Formação de Preços, em especial, quando o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante for diferente da norma coletiva paradigma utilizada pela Administração.~~

~~8.29. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador, na hipótese de que o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicado pelo licitante estabelecerem valores de remuneração,~~

~~incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado como paradigma.~~

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

9.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 20% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou cópia.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.12. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas), prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas), para:

9.14.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.14.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.14.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.13.1.

9.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 (cinco) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1. . A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

~~10.8 Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, o licitante vencedor deverá apresentar programa de integridade, no prazo de 6 (seis) meses, contado da celebração do contrato, conforme Decreto nº 12.304, de 9 de dezembro de 2024, e comprovar a sua implantação nos termos da Portaria Normativa SE/CGU nº 226 /2025, considerados o valor original do contrato e o valor que poderá ser alcançado por meio de eventuais aditivos contratuais.~~

~~10.9. Na contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação de capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974.~~

~~10.9.1. Caso se trate da contratação de serviços de vigilância ou transporte de valores com dedicação exclusiva de mão de obra, a empresa deverá comprovar, como condição para assinatura do contrato, que possui capital social mínimo integralizado de acordo com os valores estipulados no art. 14 da Lei nº 14.967/2024.~~

~~10.10. Na contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra para contratos com quantitativo igual ou superior a 25 (vinte e cinco) colaboradores, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação, nos termos do disposto no art. 6º, caput, inciso XVI, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do emprego de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica, a partir da indicação do órgão responsável pela política pública, em percentual igual ou superior a 8% (oito por cento) das vagas.~~

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de XX (xxxxx) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item (ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1. Em caso de prorrogação da ata, **poderá** ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

11.8.2. Os itens oriundos do presente certame poderão ter seus quantitativos renovados em sua totalidade, em caso de necessidade da Administração, sendo observada a manutenção da vantajosidade dos preços registrados, nos termos do Parecer nº 00075/2024/DECOR/CGU/AGU. A celebração de tal feito ocorrerá por meio de termo aditivo, dentro do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.6. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico

https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 10% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 25% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e

14.8.1, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item

14.9.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: en.licitacao@marinha.mil.br.

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://licitacoescontratos.marinha.mil.br/>.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. Anexo I - Termo de Referência;

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

16.11.2. Anexo II – Minuta de Ata de Registro de Preços;

16.11.3. Anexo III – Minuta de Termo de Contrato;

16.11.4. Anexo IV – Modelo de Proposta de Preços;

16.11.5. Anexo V – Modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Aprovo o presente Termo de Referência, em conformidade com a Portaria de Ordenador de Despesas anexa a este processo.

VICTOR DA SILVA SCOTELLARO

Autoridade competente

ESCOLA NAVAL

Termo de Referência 63/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
63/2026	762400-ESCOLA NAVAL	BRUNO GOMES DE CARVALHO	15/06/2026 13:04 (v 0.7)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		63099.002673/2026-10

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
AQUISIÇÕES, EXCETO TIC
LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO DIRETA



MARINHA DO BRASIL
ESCOLA NAVAL
(Processo Administrativo nº 63099.002673/2026-10)

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. Aquisição de materiais para modalidades esportivas, uso esportivo, materiais diversos e variados, e materiais para exercícios resistidos e cíclicos, nos termos da tabela Anexo a este Termo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da Ata de Registro de Preços, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. Com fulcro no Parecer nº 00075/2024/DECOR/CGU/AGU, que elucida o art. 5º, art. 40, caput, e art. 84, da Lei nº 14.133/2021, c/c o Decreto nº 11.462/2023, os itens oriundos deste processo poderão ser renovados em sua

totalidade ao quantitativo inicialmente registrado. Em caso de prorrogação de vigência da Ata de Registro de Preços, por necessidade da Administração e mediante anuência da licitante, será observada a manutenção da vantajosidade, aplicada ao(s) item(ns) homologado(s) por meio de pesquisa de mercado. A celebração do referido feito ocorrerá por Termo Aditivo dentro do prazo de vigência da ARP.

1.7 Havendo divergência entre a descrição dos itens no Sistema GOV e neste Termo de Referência, prevalecerá a descrição contida neste Termo de Referência.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Em relação aos critérios e práticas de sustentabilidade (art. 5º, art. 11º, IV, art. 18, §1º, XII, e § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021, art. 7º da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 e art. 9º, II e XII, da IN SEGES nº 58, de 2022; Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, da Advocacia- Geral da União), deverão ser tomados os cuidados gerais a seguir:

- a) adoção, desenvolvimento e aprimoramento de tecnologias limpas como forma de minimizar impactos ambientais;
- b) incentivo à indústria da reciclagem, tendo em vista fomentar o uso de matérias-primas e insumos derivados de materiais recicláveis e reciclados; incentivo à indústria da reciclagem, tendo em vista fomentar o uso de matérias-primas e insumos derivados de materiais recicláveis e reciclados;
- c) estímulo à rotulagem ambiental e ao consumo sustentável; e
- d) indicação para que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS, tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

4.1.2. Conforme preconiza a ABNT NBR - 15448-1 e 15448-2, os bens devem ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável.

Da exigência de amostra

4.2. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor ofertado o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar no(s) item(s) abaixo devera(m) apresentar as mesmas no prazo estipulado para aferição dos Técnicos Responsáveis.

4.3. Serão exigidas amostras dos seguintes itens:

Item 10 - Tênis de Vôlei;

Item 21 - Sapatilha de Atletismo;

Item 31 - Calça segunda pele;

Item 32 - Tênis (ppm);

Item 54 - Tênis para Basquetebol;

Item 55 - Rede para gol de Futebol de campo;

Item 56 - Maiô para treinamento;

Item 57 - Touca de Natação;

Item 58 - Bermuda de Natação para competição;

Item 59 - Touca de Polo Aquático;

Item 60 - Bola de Voleibol; e

Item 62 - Rede Oficial de Voleibol;

4.3.1 Para os itens diversos deveram ser encaminhados Catálogos demonstrativos onde conste explicitamente:

4.3.1.1 Imagens do item; e

4.3.1.2 Especificações claras do item para análise do setor Técnico/demandante

4.4. As amostras deveram ser entregues no endereço Av. Alte Silvio de Noronha S/N - Ilha de Villegagnon CEP: 20.021-010 Rio de Janeiro/RJ, no prazo limite de 10 (dez) dias, Estando a licitante responsável pelo envio, custas e eventuais atrasos na entrega.

4.5. É facultada prorrogação do prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo

4.5.1 Tendo em vista o prazo oferecido pela administração e DEVER das licitantes interessadas em participar dos itens de amostra para envio antecipação as questões temporais evitando assim pedidos descontextualizados de prorrogação sendo os mesmos plenamente analisados pelo Pregoeiro e equipe de apoio.

4.6. No caso de não haver entrega da amostra ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

4.7. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.8. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.9. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

4.10 Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 10 (dez) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

4.11 Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

4.12 Tanto amostras Físicas quanto catálogos serão apreciados em aceitação pelo setor Técnico/Demandante estando a cargo do mesmo a plena **Aceitação ou Desclassificação da Proposta**

Da exigência de carta de solidariedade

4.12. Não será cobrada carta de solidariedade para aquisição dos bens especificados neste Termo de Referência.

Subcontratação

4.13 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.14 Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da nota de empenho, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 7 (sete) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço Escola Naval – Avenida Almirante Sílvio de Noronha, s/n, Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20021-010, no Departamento de Educação Física e Esportes (DEFE).

5.4. Nos preços estabelecidos deverão estar compreendidos todos os custos necessários ao perfeito fornecimento dos materiais a serem contratados, como, por exemplo, com o pessoal destinado à entrega, transportadoras, instalações, frete, correios, impostos, custos estes que devem ser previstos pelos próprios licitantes.

5.5. Os licitantes vencedores de cada item do certame deverão fornecer objetos cujas marcas e materiais sejam considerados como referência dentro do seu próprio segmento, de modo que os padrões de desempenho sejam reconhecidos nacional e internacionalmente, entregando, assim, materiais de excelente qualidade.

5.6. O termo legal “menor preço” não deve servir de justificativa para a oferta de objetos “menos custosos” que desprivilegiem os padrões de qualidade, rendimento, segurança, apresentação, produtividade e das normas ambientais. Em síntese, os objetos devem ser o mais vantajoso para a Administração, analisando os seus aspectos econômicos e técnicos, com observância à performance proporcionada, valorizando os impactos positivos sobre a saúde dos usuários, e em respeito à manutenção e preservação do meio ambiente, tendo eles ótimo reconhecimento na sua esfera de atuação.

Garantia, manutenção e assistência técnica

- 5.7. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 3 (três) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.
- 5.8. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.
- 5.9. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.
- 5.10. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.
- 5.11. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.
- 5.12. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
- 5.13. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, já incluído nesse prazo o tempo necessário para eventual retirada e devolução do bem, a cargo do Contratado.
- 5.14. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.
- 5.15. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.
- 5.16. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.
- 5.17. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.
- 5.18. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas na alínea "d", de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias.

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h", de 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c", de 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita na alínea "b", de 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita na alínea "d", de 25% (vinte e cinco por cento) do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita na alínea "a", de 25% (vinte e cinco por cento) do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 15 (quinze) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

8.27. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

Cessão de Crédito

8.38. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.38.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.38.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.38.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta

vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.38.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.39. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.40. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do limite para a apresentação das propostas.

8.41. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado[A16], os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.42. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.43. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.44. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.45. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.46. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.47. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

9.3. O fornecimento do objeto será parcelado.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores

9.9. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.10. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora - Geral da Fazenda Nacional;

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico - Financeira

- 9.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 9.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 9.24. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercícios social, já exigível e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

- 9.25. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da parcela pertinente
- 9.26. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;
- 9.27. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 9.28. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 9.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- 9.30. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

- 9.31. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

9.32. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.32.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor

9.32.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.33. Deveram ser observados as previsões dispostas nos Estudos Técnicos em sua cessão 4, as mesmas aplicam-se a esta cessão de habilitação.

Disposições gerais sobre habilitação

9.34. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.35. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.36. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.37. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.38. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 412.275,63 (quatrocentos e doze mil, duzentos e setenta e cinco reais e sessenta e três centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida neste Termo.

10.2. Tratando-se de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, nas seguintes situações, nos termos do art. 25 do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023:

10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133/2021;

10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice IPCA/ previsto para a contratação; ou

10.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosa.

13. ANEXO I

13. Não se aplica ao Objeto.

14. ANEXO II

14. Não se aplica ao objeto.

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Em acordo a Portaria anexa ao Processo.

CAROLINE RANGEL PINTO DE SOUZA PAES

Despacho: Aprovo o presente Termo de Referência, em conformidade com a Portaria de Ordenador de Despesas anexa a este processo.

VICTOR DA SILVA SCOTELLARO

Autoridade competente

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL	UF	QTD MÍN	QTD TOTAL	VALOR UNIT (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	602021	BALANÇA DIGITAL. Alta precisão, com capacidade de 300kg e divisão de 100g, para pesar e medir pessoas. Apresentando visor LED de alta visibilidade, plataforma de aço carbono antiderrapante (40x40cm) e régua antropométrica.	UN	1	2	R\$ 1.503,77	R\$ 3.007,53
2	482194	ELÁSTICOS PARA TREINAMENTO DE GRIP NO JUDÔ. Feito de borracha elástica grossa e durável com pegas especiais na forma de fragmentos de punhos de quimono de judô de algodão. Corda elástica 3m, 34cm de comprimento com gola de 22cm; Manga 34cm de comprimento x 21cm de abertura do braço.	UN	1	6	R\$ 309,40	R\$ 1.856,40
3	601775	CAIXA DE SOM. Potência: 250W. Voltagem: Bivolt, com bateria interna de 4500mAh – Bluetooth 4.40, entradas USB e microfone integrado.	UN	1	2	R\$ 1.144,51	R\$ 2.289,03
4	429429	BOTIJÃO GALÃO TÉRMICO. Capacidade aproximada de 5 (cinco) litros, destinado ao acondicionamento e conservação de líquidos quentes ou frios. Fabricado em material plástico resistente, com isolamento térmico em poliuretano ou material equivalente, que garanta adequada conservação da temperatura. Deve possuir tampa rosqueável ou sistema similar com vedação eficiente, bocal largo que facilite o enchimento e a higienização, torneira ou sistema de saída de líquido resistente e de fácil acionamento, alça ergonômica para transporte e base estável.	UN	1	10	R\$ 154,60	R\$ 1.546,00
5	630088	TENDA GAZEBO. Tenda tipo gazebo, medindo aproximadamente 5 x 5 metros, com estrutura em metal resistente (aço ou alumínio), sistema de montagem e desmontagem prática, cobertura em material impermeável e resistente às intempéries, com proteção contra raios solares. Deve possuir pés com base para fixação em solo firme e estrutura estável para utilização em áreas externas, adequada para eventos, atividades esportivas ou institucionais.	UN	1	6	R\$ 2.550,00	R\$ 15.300,00
6	444653	LUVA PARA SABRE. Luva de proteção para prática de esgrima com sabre, confeccionada em couro macio e com uma proteção para o punho que acompanha o antebraço em aproximadamente 13cm. Deve possuir reforço nas áreas de maior impacto, ajuste adequado ao punho e palma antiderrapante, garantindo firmeza na empunhadura do sabre e proteção durante o uso. O produto deve atender as especificações das competições oficiais das Forças Armadas. Marca de referência: AllStar ou de melhor qualidade. Quantidades e tamanhos conforme necessidade do	PAR	1	12	R\$ 404,74	R\$ 4.856,84

		órgão requisitante.					
7	274307	CÂMARAS DE AR 25X700 PARA BIKE SPEED. Câmara de ar para bicicleta de estrada (speed), compatível com pneus medida 700x25. Fabricada em borracha resistente, com boa capacidade de retenção de ar e durabilidade. Deve possuir válvula compatível com rodas de bicicleta de estrada (tipo Presta ou equivalente) e apresentar boa resistência a perfurações e deformações.	UN	1	30	R\$ 81,33	R\$ 2.440,00
8	630154	PNEUS 25X700 PARA BIKE SPEED. Pneu para bicicleta de estrada (speed), medida 700x25, adequado para uso em pavimento asfáltico. Fabricado em borracha de alta resistência, com banda de rodagem que proporcione boa aderência, baixa resistência ao rolamento e durabilidade. Compatível com aros padrão para bicicletas de estrada.	UN	1	30	R\$ 136,03	R\$ 4.081,00
9	471372	CONES DE 50 CM PARA TREINAMENTO. Confeccionado em material plástico macio, flexível e emborrachado, com faixas refletivas para melhor sinalização noturna, possui 50 cm de altura, base quadrada com 27 cm de lado, indicado para montagem de treinamentos em circuito. Cor laranja e branca. Referência: Pista e Campo ou superior.	UN	1	20	R\$ 28,83	R\$ 576,60
10	446377	TÊNIS DE VÔLEI. Tênis esportivo destinado à prática de voleibol, confeccionado em material resistente e respirável, com solado em borracha antiderrapante que proporcione aderência adequada em quadras esportivas. Deve possuir sistema de amortecimento, reforço lateral para estabilidade e fechamento por cadarço, garantindo conforto, segurança e desempenho durante a prática esportiva. Modelo de referência: Asics ou de qualidade superior. Tamanhos conforme necessidade do órgão requisitante.	PAR	1	24	R\$ 603,19	R\$ 14.476,64
11	603191	BIRUTA DE VÔLEI COM ALTURA REGULÁVEL. Produzida em aço carbono com pintura a pó. Cesto em rede de nylon até a cesta de recolhimento de bolas, medindo 70x70x70cm com rodas, mastro medindo 2m de altura com regulagem de até 3,2m de altura e aro com regulagem do ângulo.	UN	1	4	R\$ 2.597,30	R\$ 10.389,19
12	436240	CARRINHO PARA BOLA. Carrinho destinado ao transporte e armazenamento de bolas esportivas, com estrutura metálica resistente e suporte em tecido ou material sintético de alta durabilidade. Deve possuir rodízios que facilitem a movimentação e capacidade adequada para armazenamento de múltiplas bolas, sendo indicado para utilização em treinamentos e atividades esportivas.	UN	1	2	R\$ 1.313,60	R\$ 2.627,19
13	240869	SACO PARA TRANSPORTE DE BOLA. Saco ou bolsa para transporte e armazenamento de bolas esportivas, confeccionado em material resistente, preferencialmente em	UN	1	2	R\$ 119,50	R\$ 239,01

		nylon ou malha reforçada. Deve possuir sistema de fechamento por cordão ou zíper e capacidade adequada para transporte de diversas bolas, facilitando a organização e mobilidade durante atividades esportivas.					
14	414358	CRONÔMETRO. Cronômetro digital portátil, destinado à medição de tempo em atividades esportivas ou treinamentos. Deve possuir visor de fácil leitura, funções básicas de contagem de tempo, início, parada e reinício, além de estrutura leve e resistente para manuseio manual.	UN	1	11	R\$ 67,59	R\$ 743,49
15	429784	APITO. Apito esportivo destinado à arbitragem e condução de atividades esportivas, confeccionado em material plástico ou metálico resistente. Deve emitir som claro e audível à distância, possuir formato ergonômico e, preferencialmente, cordão para fixação ou transporte.	UN	1	6	R\$ 57,68	R\$ 346,10
16	601779	BARREIRA MÓVEL. Barreira móvel destinada ao treinamento de futebol, utilizada principalmente em exercícios de cobrança de faltas e posicionamento tático. Confeccionada em material resistente, com estrutura leve e base estável que permita fácil deslocamento e posicionamento no campo ou quadra. Deve possuir altura aproximada similar à de jogadores em posição de barreira (entre 1,60 m e 1,80 m), sendo adequada para atividades de treinamento técnico e tático.	UN	1	2	R\$ 2.496,36	R\$ 4.992,73
17	343579	CONES GRANDES. Cone de sinalização ou treinamento esportivo de tamanho grande (75cm), confeccionado em material resistente, com base larga que proporcione estabilidade. Indicado para demarcação de áreas, circuitos de treinamento e organização de atividades esportivas em ambientes internos ou externos.	UN	1	20	R\$ 38,82	R\$ 776,47
18	627425	MÁQUINA PARA FAZER GELO. Máquina destinada à produção de gelo, com sistema automático. Gabinete: Polipropileno e Inox. Voltagem: 220V. Capacidade de produção: 12kg/dia. Tipo de gelo: cubo. Capacidade do depósito: 1,3L. Potência: 130W.	UN	1	2	R\$ 562,93	R\$ 1.125,87
19	467486	ROLO DE LIBERAÇÃO MIOFASCIAL. Rolo para liberação miofascial, utilizado em atividades de fisioterapia, preparação física e recuperação muscular. Confeccionado em material resistente, com densidade adequada para massagem muscular e estímulo da circulação, indicado para exercícios de alongamento e relaxamento da musculatura.	UN	1	10	R\$ 65,85	R\$ 658,53
20	479143	BOLA DE LIBERAÇÃO MIOFASCIAL. Bola para liberação miofascial, utilizada em exercícios de recuperação muscular e massagem de pontos de tensão. Fabricada em material resistente e de alta densidade, adequada para aplicação em diferentes	UN	1	10	R\$ 34,15	R\$ 341,53

		regiões musculares durante atividades de fisioterapia e treinamento físico.					
21	444689	SAPATILHAS DE ATLETISMO — FUNDO. Para prova de fundo em pista ou treinamento atlético. Confeccionada em material leve e respirável, com solado apropriado para desempenho esportivo. Cabedal em PU e malha mesh, fechamento por cadarço, entressola em EVA, solado em resina plástica com prato de seis pregos removíveis em aço estilo pirâmide com sua respectiva chave para remoção. Quantidades e tamanhos conforme necessidade do órgão requisitante.	PAR	1	20	R\$ 345,85	R\$ 6.917,07
22	471994	BOMBA DE ENCHER BOLA. Bomba manual destinada ao enchimento de bolas esportivas. Confeccionada em material resistente, com sistema de bombeamento eficiente e bico ou agulha compatível com válvulas padrão de bolas esportivas, permitindo fácil utilização em atividades esportivas e treinamentos.	UN	1	3	R\$ 25,73	R\$ 77,19
23	601786	LÂMINA DE ESPADA COM FIO E PONTA. Lâmina para espada de esgrima, confeccionada em aço de alta resistência e flexibilidade, com fiação e ponta já instaladas. Deve ser compatível com empunhadura e demais componentes padrão utilizados em equipamentos de esgrima, garantindo segurança e desempenho durante o uso. O produto deve atender as exigências das competições oficiais das Forças Armadas. Marca de referência: AllStar ou de melhor qualidade.	UN	1	12	R\$ 1.914,99	R\$ 22.979,92
24	464880	PROTEÇÃO PARA POSTE DE VÔLEI. Protetor destinado ao revestimento de postes de rede de voleibol, confeccionado em material acolchoado de alta densidade (espuma firme D28), revestido em material resistente e de fácil limpeza (lona sintética). Indicado para reduzir impactos e proporcionar maior segurança durante treinamentos e competições esportivas. Medindo aproximadamente 1,8m de altura por 60cm de largura e 7cm de espessura.	PAR	1	4	R\$ 752,67	R\$ 3.010,67
25	480399	BAMBOLÊ. Arco circular utilizado em atividades recreativas, educacionais e esportivas. Confeccionado em material plástico resistente e leve, com diâmetro adequado para exercícios de coordenação motora, recreação e treinamento físico.	UN	1	40	R\$ 31,85	R\$ 1.273,87
26	464867	MÁSCARA DE ESGRIMA PARA SABRE. Deverá proteger toda a cabeça, sendo que na face deverá ser de aço entrelaçado com espaços que não superem 2mm e resistência de 12kg. No pescoço a máscara deverá ser feita de tecido que resista a uma pressão de 1600N. Deverá ter fixação de segurança na nuca. O material deverá possuir a homologação da Federação Internacional de Esgrima (FIE).	UN	1	10	R\$ 1.431,14	R\$ 14.311,43
27	621415	PROTETOR DE SEIO (TÓRAX). Protetor de seio integral de esgrima em PVC com	UN	1	6	R\$ 259,08	R\$ 1.554,46

		suspensório feminino. Protege toda região do busto. Marca de referência: AllStar ou de melhor qualidade.					
28	482193	FAIXAS ELÁSTICAS. Faixas ou elásticos de resistência utilizados em exercícios de fortalecimento muscular, alongamento e treinamento funcional. Fabricados em material elástico resistente, com comprimento aproximado de 2 metros e 6 metros, adequados para atividades de preparação física e reabilitação.	UN	1	25	R\$ 123,26	R\$ 3.081,50
29	472034	CARTÕES DE ARBITRAGEM. Cartões utilizados em arbitragem esportiva, normalmente nas cores amarela e vermelha, confeccionados em material plástico resistente. Indicados para aplicação de advertências e penalidades durante partidas ou competições esportivas.	PAR	1	4	R\$ 17,89	R\$ 71,56
30	444658	COLETE METÁLICO PARA SABRE. Colete elétrico para sabre, sendo obrigatoriamente feito 100% de inox lavável. Modelo de referência: Allstar (1155H) ou de melhor qualidade. Tamanho conforme necessidade do órgão requisitante.	UN	1	10	R\$ 1.342,83	R\$ 13.428,30
31	607545	CALÇA SEGUNDA PELE. Calça esportiva tipo segunda pele, confeccionada em tecido elástico e respirável, proporcionando ajuste anatômico ao corpo. Indicada para uso em atividades esportivas e treinamento físico, auxiliando no conforto térmico, mobilidade e absorção de suor durante a prática esportiva.	UN	1	24	R\$ 137,96	R\$ 3.310,96
32	467300	TÊNIS (PPM). Tênis esportivo masculino e feminino para corridas em terrenos acidentados. Cadarço tubular elástico e resistente com sistema de ajuste fácil, passagem do cadarço reforçada, cano baixo, biqueira reforçada e solado para tração em diferentes tipos de terreno. Entressola em EVA moldado com tripla densidade, palmilha interna, forração anatômica no calcanhar. Cabedal em malha ajustada ao pé, resistente a lama e detritos. Peso aproximado de 295g a 300g, drop de aproximadamente 10mm. Produto deve atender as exigências das competições oficiais. Modelo de referência: Fila Kr5 ou de melhor qualidade. Quantidades e tamanhos conforme necessidade do órgão requisitante.	PAR	1	30	R\$ 373,26	R\$ 11.197,90
33	311398	GARRAFA PARA HIDRATAÇÃO. Garrafa esportiva destinada ao armazenamento e consumo de líquidos durante atividades físicas. Fabricada em material plástico resistente e atóxico, com capacidade adequada para hidratação individual, tampa com sistema de vedação e bocal que facilite o consumo.	CX 6UN	1	12	R\$ 155,88	R\$ 1.870,56
34	633292	LUVAS DE TIRO. Luvas esportivas destinadas à prática de tiro esportivo, confeccionadas em material resistente e confortável, com palma em couro natural,	PAR	1	20	R\$ 271,43	R\$ 5.428,67

		couro sintético ou material antiderrapante que proporcione melhor aderência e estabilidade durante o manuseio da arma. Devem possuir dorso em tecido respirável ou material sintético flexível, permitindo ventilação e mobilidade das mãos, além de ajuste adequado ao punho para maior firmeza e conforto durante o uso.					
35	296515	SAPATOS DE TIRO. Sapato esportivo específico para prática de tiro esportivo, confeccionado em couro natural, couro sintético ou material equivalente de alta resistência. Deve possuir solado rígido e antiderrapante, preferencialmente em borracha de alta densidade, que proporcione estabilidade e equilíbrio durante a posição de tiro. O calçado deve apresentar estrutura reforçada, fechamento por cadarço ou sistema equivalente, e design que favoreça postura adequada e estabilidade do atleta durante treinamentos e competições.	PAR	1	20	R\$ 1.458,37	R\$ 29.167,33
36	631201	REDE COM ALVO. Rede esportiva com alvo destinada ao treinamento de precisão em chutes no futebol. Confeccionada em fio de polietileno (PE) ou Nylon de alta resistência, com malha aproximada entre 10cm e 15cm. Deve possuir estrutura ou sistema de fixação compatível com traves de futebol ou suporte próprio, contendo áreas demarcadas ou aberturas que funcionem como alvos para exercícios de finalização. Dimensões aproximadas: largura entre 7m e 7,5m e altura entre 2,4m e 2,5m. Material resistente às intempéries e adequado para uso em campos ou quadras esportivas.	UN	1	5	R\$ 326,91	R\$ 1.634,57
37	613650	AQUABAG 15KG. Equipamento de treinamento funcional tipo aquabag, com peso aproximado de 15kg, composto por reservatório flexível preenchido com água. Confeccionado em material resistente e vedado, com alças para empunhadura, indicado para exercícios de força, estabilidade e coordenação.	UN	1	5	R\$ 266,46	R\$ 1.332,32
38	477877	BOTA DE COMPRESSÃO PNEUMÁTICA. Equipamento destinado à recuperação muscular e estimulação da circulação sanguínea após atividades físicas, composto por botas infláveis que realizam compressão pneumática sequencial nos membros inferiores. Confeccionadas em material sintético resistente (nylon ou poliéster de alta durabilidade), com revestimento interno confortável e de fácil higienização. Devem possuir câmaras internas de ar distribuídas ao longo das pernas, conectadas a unidade de controle responsável pela insuflação e regulação da pressão. As botas devem apresentar fechamento por zíper ou tiras ajustáveis. Comprimento entre 80cm e 100cm, cobrindo da região dos pés até a parte superior das pernas, e circunferência ajustável para diferentes biotipos.	UN	1	4	R\$ 3.161,97	R\$ 12.647,87

39	605855	COLETE RASTREADOR GPS. Colete esportivo destinado ao suporte e fixação de dispositivo rastreador com tecnologia GPS para monitoramento de desempenho de atletas durante treinamentos e atividades esportivas. Confeccionado em tecido elástico e respirável (poliéster e elastano ou material sintético equivalente), proporcionando ajuste anatômico ao corpo. Deve possuir bolso ou compartimento específico na região superior das costas para acomodação segura do dispositivo GPS, com sistema de fechamento que evite deslocamento durante a atividade. Costuras reforçadas, material leve e de secagem rápida. Largura ajustável entre aproximadamente 35cm e 50cm e comprimento entre 40cm e 55cm.	UN	1	22	R\$ 704,36	R\$ 15.495,92
40	629949	PLATAFORMA GIRATÓRIA 360°. Equipamento de treinamento físico composto por plataforma circular giratória com rotação de 360 graus, indicado para exercícios de mobilidade, equilíbrio, fortalecimento muscular e treinamento funcional. Estrutura em material metálico resistente, com base equipada com sistema de rotação por rolamento que permita giro suave e contínuo. Superfície superior com revestimento antiderrapante em borracha, EVA ou material equivalente. Dimensões aproximadas entre 30cm e 40cm de diâmetro e altura entre 3cm e 8cm.	UN	1	2	R\$ 303,78	R\$ 607,55
41	430347	ESTACAS DE AGILIDADE. Para treinamento de agilidade e velocidade, material em PVC, com ponteira em aço para ser fixado em terrenos de grama ou areia. Comprimento: 1,60m.	UN	1	15	R\$ 504,61	R\$ 7.569,10
42	444689	SAPATILHAS DE SALTO. Cabedal em malha entrelaçada leve e de alta resistência, contendo entressola em EVA, solado em PU resistente em formato de grade, com prato de onze pregos removíveis em aço estilo pirâmide com sua respectiva chave para remoção. Fechamento por cadarço e velcro. Tamanhos conforme necessidade do órgão requisitante.	PAR	1	20	R\$ 345,85	R\$ 6.917,07
43	444689	SAPATILHAS DE RASO. Sapatilhas de atletismo para provas de velocidade de 100m até 400m e provas com barreiras. Cabedal em PU e malha mesh entrelaçada, fechamento por cadarço para melhor fixação dos pés, entressola em EVA, solado em resina plástica com prato de seis pregos removíveis em aço estilo pirâmide com sua respectiva chave para remoção. Tamanhos conforme necessidade do órgão requisitante.	PAR	1	20	R\$ 345,85	R\$ 6.917,07
44	444689	SAPATILHAS DE CAMPO. Sapatilhas de atletismo para arremesso e lançamento, com reforço de borracha nas laterais e reforço sobre o cadarço de presilha e velcro. Tamanhos conforme necessidade do órgão requisitante.	PAR	1	20	R\$ 345,85	R\$ 6.917,07

45	480231	SAPATILHAS PARA CICLISMO. Confeccionada em couro sintético flexível e malha de controle de umidade 3D. Peso aproximado de 552g (par). Fecho da tira com um velcro. Interior de secagem rápida, retentor de posição da tira para entrada mais rápida. Sola de poliamida reforçada com fibra de vidro leve.	PAR	1	10	R\$ 355,57	R\$ 3.555,70
46	601786	LÂMINAS DE FLORETE COM FIO E PONTA. A lâmina deverá possuir homologação da Federação Internacional de Esgrima (FIE). Deverá acompanhar fio (já colado e funcionando) e ponta de arresto de florete elétrico completo em funcionamento. Marca de referência: Allstar ou de melhor qualidade.	UN	1	12	R\$ 1.914,99	R\$ 22.979,92
47	601786	LÂMINA DE SABRE. Lâmina elétrica de esgrima para sabre. A lâmina para jogo de sabre de esgrima deverá possuir homologação da Federação Internacional de Esgrima (FIE). Marca de referência: Allstar ou de melhor qualidade.	UN	1	12	R\$ 1.914,99	R\$ 22.979,92
48	601786	PARAFUSO PARA PONTA DE ESPADA. Conjunto de parafusos para ponta de espada elétrica de esgrima, parafusos de aço com 1,5mm de comprimento, 1,5mm de largura, rosca fina e sistema de aperto tipo fenda ou cruz. Padrão de qualidade alemão.	UN	1	50	R\$ 101,25	R\$ 5.062,67
49	601786	FIO PARA LÂMINA DE ESPADA. Fio de lâmina de espada elétrica para esgrima. Fio bipolar independente com aproximadamente 120cm de comprimento. Cada polo é feito de um fio de cobre envernizado e protegido por uma fina capa de fibra de tecido. A espessura de cada fio com a proteção é 0,5mm e uma extremidade do fio é composta de um contato plástico com dois pinos de metal, um para cada polo do cabo. Padrão de qualidade alemão.	UN	1	20	R\$ 130,61	R\$ 2.612,13
50	603844	KIT COMPLETO PARA ORIENTAÇÃO ESPORTIVA. Composto por: BASE BSF9 – estação eletrônica de controle para registro automático da passagem dos atletas, com bateria interna de longa duração, memória interna e relógio de alta precisão, compatível com cartões eletrônicos, resistente a intempéries, ~10x5x2cm, ~60g, com sinalização visual e sonora; IMPRESSORA TÉRMICA NÃO FISCAL – impressora térmica portátil para impressão de resultados e tempos registrados, dispensando tinta ou cartucho, compatível com o sistema de cronometragem, compacta e resistente; SICARD ON-OFF – cartão eletrônico de comando para ativação/desativação de estações de controle e configuração operacional do sistema; CARVÃO BASES SPORTIDENT – suporte de fixação para instalação das estações eletrônicas em estacas, árvores ou estruturas temporárias, garantindo estabilidade e posicionamento adequado; BASE READER – estação leitora para transferência dos dados registrados nos cartões eletrônicos dos atletas, com conexão a computador ou dispositivo móvel para processamento dos	UN	1	2	R\$ 13.386,08	R\$ 26.772,16

		resultados da competição.					
51	444689	SAPATILHAS COM TRAVA — ORIENTAÇÃO ESPORTIVA. Calçado esportivo tipo sapatilha com travas, destinado à prática de orientação esportiva em terrenos naturais variados. Confeccionado em material sintético resistente à abrasão, com cabedal leve e respirável. Deve possuir reforços estruturais nas regiões frontal e lateral para maior proteção. Solado em borracha de alta resistência, com travas ou cravos de altura aproximada entre 4mm e 8mm para aderência em superfícies úmidas, lamacentas ou irregulares. Fechamento por cadarço ou mecanismo equivalente, palmilha anatômica removível. Tamanhos conforme a necessidade do órgão requisitante.	PAR	1	15	R\$ 345,85	R\$ 5.187,80
52	613643	DISCO DE ATLETISMO PARA PROVAS DE LANÇAMENTO. Peso de 2kg, aço galvanizado nas bordas e no centro, pratos em plástico ABS, produzido conforme as regras da IAAF.	UN	1	4	R\$ 202,24	R\$ 808,95
53	368983	TRENA DE ATLETISMO. Produzida em aço, capacidade de medir até 100m de comprimento. Ponteira e mecanismo interno em aço galvanizado, graduação em mm/polegadas, manivela para recolhimento da fita, indicada para competições oficiais.	UN	1	2	R\$ 83,26	R\$ 166,51
54	467300	TÊNIS MASCULINO PARA BASQUETEBOL. Material têxtil respirável, cano baixo, cabedal têxtil e sintético, com partes em tecido com tramas mais abertas para proporcionar respirabilidade. Entressola em EVA, solado em borracha, palmilha em EVA. Referência: Spawn 3 da marca Under Armour ou superior. Cor e tamanho a combinar.	PAR	1	20	R\$ 270,03	R\$ 5.400,60
55	472017	PAR DE REDE PARA GOL DE FUTEBOL DE CAMPO. Confeccionada em polipropileno de alta resistência, fio 4mm, cor branca, proteção UV, com as seguintes medidas aproximadas: 7,50m de largura, 2,50m de altura e 2,00m de profundidade.	PAR	1	4	R\$ 336,33	R\$ 1.345,33
56	460770	MAIÔ PARA TREINAMENTO. Confeccionado em tecido 82% poliamida e 18% elastano, com forro em 100% poliamida, modelagem das costas em formato nadador. O maiô deverá ter a logomarca da Escola Naval. Arte a ser enviada pela Contratante após a contratação. Cor e tamanho a combinar. Referência: Fabíola Molina ou superior.	UN	1	20	R\$ 221,99	R\$ 4.439,73
57	225122	TOUCA DE NATAÇÃO. Aprovada pela FINA, 100% silicone, design moldado em 3D e polimento interior, recorte na nuca para melhorar o conforto. A touca deverá ter a logomarca da Escola Naval. Arte a ser enviada pela Contratante após a contratação. Cor e tamanho a combinar. Referência: Speedo Fastshark Cap ou superior.	UN	1	50	R\$ 45,19	R\$ 2.259,50
58	611697	BERMUDA DE NATAÇÃO PARA COMPETIÇÃO. Confeccionada em tecido tecnológico	UN	1	25	R\$ 1.701,98	R\$ 42.549,42

[illegible]

ESCOLA NAVAL

Estudo Técnico Preliminar 18/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 63099.002673/2026-10

2. Descrição da necessidade**2.1 Contextualização e Problema a ser Resolvido**

A Escola Naval (EN) é uma organização militar que tem o propósito de preparar e formar os futuros Oficiais da Marinha do Brasil (MB) para o desempenho das demandas inerentes ao Corpo da Armada, Corpo de Fuzileiros Navais e Corpo de Intendentes da Marinha. Considerando que um dos pilares inegociáveis da vida e da formação militar é a higidez física — sendo o Teste de Aptidão Física (TAF) componente essencial de avaliação contínua —, faz-se imperioso que a EN detenha os meios adequados para a consecução do Treinamento Físico Militar (TFM).

2.1.1 Além da manutenção da saúde física, a prática desportiva visa o forjamento de atributos basilares como liderança, camaradagem e espírito de corpo. Nesse sentido, o Corpo de Aspirantes participa ativamente de competições de alto rendimento, como a NAVAMAER (competição esportiva disputada entre os cadetes e aspirantes das três Forças Armadas), a MAC-NAV e o Meeting Esportivo. Ocorre que os materiais esportivos atualmente em carga sofrem rápida deterioração e desgaste natural severo devido ao uso exaustivo e contínuo, o que afeta não apenas a performance, mas a integridade física e a segurança dos militares, gerando a necessidade premente de renovação do acervo.

2.2 Do Alinhamento ao Planejamento Estratégico e Inclusão no PCA

Cumprir registrar que a presente demanda desponta como necessidade superveniente e não constou no Plano de Contratações Anual (PCA) inicial do exercício. Sua inclusão extraordinária justifica-se, nos termos do art. 7º, § 4º, do Decreto nº 10.947/2022, pela intensificação imprevista das rotinas preparatórias para a NAVAMAER e pelo atestado de obsolescência e desgaste prematuro de parte do acervo esportivo em uso, sendo a referida atualização indispensável para o cumprimento do calendário escolar e desportivo da Instituição no corrente ano.

2.3 Detalhamento do Escopo da Necessidade

Para sanar a defasagem material apontada pelos responsáveis técnicos de cada modalidade, a necessidade de suprimento abrange os seguintes eixos desportivos:

2.3.1 Material para Atletismo;

2.3.2 Material para Futebol;

2.3.3 Material para Judô;

2.3.4 Material para Orientação;

2.3.5 Material para Pentatlo Militar;

2.3.6 Material para Polo Aquático;

2.3.7 Material para Tiro Esportivo;

- 2.3.8 Material para Triatlo;
- 2.3.9 Material para Voleibol;
- 2.3.10 Material para Esgrima;
- 2.3.11 Material para Uso Esportivo Geral; e
- 2.3.12 Materiais Diversos e Variados de apoio ao desporto.

2.4 Justificativa para a Adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP)

Diante da multiplicidade de itens e das características de consumo da Escola Naval, a contratação será realizada por meio de licitação para Registro de Preços (SRP). A adoção do SRP encontra amparo expresso no art. 82 da Lei nº 14.133/2021 c/c art. 3º, incisos I e II, do Decreto nº 11.462/2023. A sistemática justifica-se pela impossibilidade de se prever o momento exato do desgaste ou quebra de cada material, demandando contratações frequentes, e pela conveniência técnica e logística de se realizar entregas parceladas ao longo do ano, evitando a obsolescência de materiais estocados sem uso e a sobrecarga da capacidade de armazenamento da Unidade Gestora.

2.5 Do Interesse Público e Sustentabilidade

Com fulcro no art. 11, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, o processo resguarda o interesse público e a continuidade da prestação do serviço público educacional militar. Ademais, em consonância com as diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU e o art. 18, §1º, XII da Nova Lei de Licitações, atesta-se que as aquisições observarão, sempre que aplicável ao mercado fornecedor, requisitos de sustentabilidade, tais como preferência por materiais de maior durabilidade, acondicionamento em embalagens recicláveis e o fomento ao desfazimento sustentável (logística reversa) dos materiais esportivos inservíveis que venham a ser substituídos.

2.6 Da Submissão aos Modelos Padronizados e Regras de Prorrogação da Ata

2.6.1 Em alinhamento ao Documento de Formalização de Demanda, ratifica-se que o presente Estudo Técnico Preliminar e os subsequentes artefatos da contratação submetem-se integralmente aos modelos padronizados da AGU e às diretrizes emanadas pelo Parecer Referencial nº 00001/2026/CONAQ/SCGP/CGU/AGU.

2.6.2 Cumpre destacar, como premissa de planejamento, que a Ata de Registro de Preços oriunda deste certame admitirá a renovação da totalidade de seus quantitativos por ocasião de eventual prorrogação de vigência. Tal prerrogativa, desde que presentes os requisitos legais, a anuência do fornecedor e a devida demonstração de vantajosidade, constará expressamente no instrumento convocatório, com fulcro no art. 84 da Lei nº 14.133/2021, no art. 22 do Decreto nº 11.462/2023 e no Parecer Referencial nº 00005/2026/CONAQ/SCGP/CGU/AGU de Prorrogação de ARP.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Departamento de Educação Física e Esportes	2T (RM2-T) CAROLINE PAES

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 Requisitos de Qualidade, Desempenho e Condições de Fornecimento

4.1.1 Os materiais e equipamentos esportivos a serem adquiridos deverão ser obrigatoriamente novos, de primeiro uso, sem defeitos de fabricação, e atender integralmente às especificações técnicas descritas no Termo de Referência, garantindo os padrões mínimos de desempenho, segurança e higidez física exigidos para o Treinamento Físico Militar (TFM) e competições oficiais da Escola Naval.

4.1.2 No ato da entrega, o recebimento provisório será realizado pelo fiscal do contrato ou comissão designada, que efetuará a conferência quantitativa e qualitativa dos itens, confrontando-os com a respectiva Nota Fiscal detalhada (contendo descrição, marca, modelo, valores unitários e totais) e com as exigências editalícias.

4.1.3 Para os materiais que possuam componentes eletrônicos, cronômetros digitais ou mecanismos de precisão (como os itens de Esgrima, Orientação e Tiro Esportivo), será obrigatória a entrega do manual de instruções em língua portuguesa, certificado de garantia do fabricante e a indicação técnica da rede de assistência autorizada no território nacional.

4.1.4 Caso qualquer item seja entregue em desacordo com as especificações contratadas, apresente vícios de qualidade ou prazo de validade/garantia incompatível, a Contratada restará obrigada a substituí-lo integralmente, às suas exclusivas expensas, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da notificação oficial, suspendendo-se o recebimento definitivo até a regularização do adimplemento.

4.1.5 O recebimento definitivo do objeto, após a verificação de conformidade técnica, não exime a Contratada, a qualquer tempo, das garantias contratuais concedidas pelos fabricantes e das responsabilidades civis e administrativas por vícios redibitórios ou defeitos ocultos, nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021 e do Código Civil Brasileiro.

4.1.6 Em observância ao princípio da padronização e em vedação ao direcionamento de marcas (art. 43, § 1º, I, da Lei nº 14.133/2021), os materiais cotados deverão possuir padrão de qualidade técnica, durabilidade e desempenho desportivo equivalente ou superior aos parâmetros das confederações oficiais das respectivas modalidades desportivas, sendo facultado à Administração exigir comprovação de certificação ou homologação por entidades de fiscalização do esporte nacional ou internacional.

4.2 Do Procedimento de Avaliação de Amostras e Catálogos Técnicos

4.2.1 Como condição para a aceitabilidade da proposta desonerada de dúvidas técnicas, o Pregoeiro poderá exigir do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar a apresentação de amostras, protótipos ou catálogos descritivos detalhados, com fulcro no art. 41, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

4.2.2 O prazo máximo para a entrega das amostras ou catálogos técnicos no endereço do Órgão Gerenciador será de 10 (dez) dias corridos, contados da convocação oficial via sistema eletrônico, correndo os custos de envio e logística por exclusiva conta do licitante.

4.2.3 O atraso injustificado, a não entrega dos espécimes ou a apresentação de amostras que descumpram os requisitos técnicos mínimos ensejará a imediata desclassificação da proposta, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis por frustração do certame.

4.2.4 Em caso de rejeição técnica da amostra do primeiro classificado, o Pregoeiro convocará o licitante subsequente para verificação de sua proposta e respectivo exemplar, repetindo-se o rito sucessivamente até que se obtenha uma solução que atenda integralmente ao interesse da Escola Naval.

4.2.5 Os bens entregues para análise técnica serão tratados como protótipos de teste, restando autorizado à equipe de avaliação submetê-los a ensaios de estresse, manuseio intensivo ou desmontagem para atestar a durabilidade e segurança (testes destrutivos), não gerando ao fornecedor qualquer direito a indenização ou ressarcimento por danos decorrentes da análise técnica.

4.2.6 Os fornecedores deverão retirar as amostras avaliadas no prazo improrrogável de 10 (dez) dias após a homologação final do certame, sob pena de perda do bem e descarte sustentável dos materiais pela Escola Naval, sem direito a compensações financeiras.

4.3 Critérios e Práticas de Sustentabilidade Ambiental

4.3.1 Em cumprimento ao art. 11, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021 e às diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU, os materiais fornecidos (notadamente vestuários desportivos, quimonos e proteções poliméricas) deverão ser constituídos de insumos atóxicos, livres de corantes ou substâncias restritas que causem riscos à saúde dermatológica dos usuários durante a atividade física intensa.

4.3.2 Os bens de consumo deverão ser acondicionados em embalagens individuais ou coletivas adequadas, dimensionadas ao menor volume possível, utilizando materiais integralmente recicláveis ou biodegradáveis, de modo a mitigar a geração de resíduos sólidos no âmbito da Organização Militar e garantir a máxima proteção no transporte, conforme preconiza o art. 5º, inciso III, da IN SLTI/MPOG nº 01/2010.

4.3.3 Componentes e equipamentos que utilizem polímeros sintéticos ou ligas metálicas deverão apresentar alta durabilidade e ciclo de vida estendido, reduzindo a necessidade de descartes prematuros. Sempre que aplicável pelos sistemas de logística reversa instituídos pela Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), será exigido das contratadas o apoio ao desfazimento sustentável dos materiais obsoletos substituídos.

4.4 Requisitos Técnicos para a Fase de Habilitação (Qualificação Técnica) Previsto no TR.

4.4.1 Para fins de comprovação da qualificação técnico - operacional (art. 67, inciso II, da Lei nº 14.133/2021), os licitantes deverão apresentar atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a aptidão do fornecedor para a entrega de materiais de natureza e complexidade logística compatíveis com o objeto licitado.

4.4.2 Em estrita observância à Súmula nº 263 do TCU, a exigência de atestados limitar-se-á à comprovação de fornecimentos anteriores equivalentes, sendo vedada a exigência de quantidades mínimas excessivas ou especificações de marcas que restrinjam o caráter competitivo do certame, garantindo que o mercado varejista especializado em desporto possa participar regularmente da disputa.

4.4.3 Da Verificação de Autenticidade e Diligências: Em caso de dúvidas quanto à veracidade, consistência ou suficiência do atestado de capacidade técnica apresentado, o Pregoeiro ou a equipe de apoio, no exercício do poder-dever de diligência (art. 64, caput e § 2º, da Lei nº 14.133/2021), exigirá que a licitante comprove a efetiva execução do fornecimento alegado.

4.4.3.1 Para essa comprovação, a licitante deverá apresentar, no prazo estipulado pelo Pregoeiro, documentos correlatos e rastreáveis que deram origem ao atestado, tais como: Notas Fiscais autênticas emitidas à época, Contratos, Notas de Empenho, Ordens de Fornecimento ou outros documentos contábeis e fiscais idôneos.

4.4.3.2 A não apresentação da documentação comprobatória exigida em diligência, ou a constatação de falsidade no atestado apresentado, implicará a imediata inabilitação do licitante, sujeitando-o, ainda, às sanções administrativas cabíveis, inclusive a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, conforme a jurisprudência pacificada do Tribunal de Contas da União (TCU).

4.5 Demonstrativo de Exequibilidade em Consonância com a Previsão Editalícia de Julgamento de Propostas. (Art. 59, incisos III, IV e § 2º, da Lei nº 14.133/2021 | Art. 34 da IN SEGES/ME nº 73/2022)

4.5.1 O presente processo adota o critério de julgamento pelo menor preço por item, sendo imperativo que as propostas provisoriamente vencedoras demonstrem viabilidade econômica real para o cumprimento das obrigações assumidas. Tal rigor impõe-se tendo em vista as oscilações nos custos de fabricação e importação de materiais esportivos, a vigência da Ata de Registro de Preços pelo prazo de 12 (doze) meses e o risco inaceitável de interrupção dos treinamentos (TFM) e competições oficiais da Escola Naval em caso de inadimplemento superveniente do fornecedor.

4.5.2 O Edital estabelecerá, com base neste Estudo, os critérios objetivos para a aferição da exequibilidade das propostas, garantindo segurança jurídica e previsibilidade aos licitantes. Nas hipóteses abaixo descritas, o Pregoeiro instaurará diligência obrigatória, notificando o licitante para que comprove tempestivamente a exequibilidade de seu preço:

4.5.2.1 Proposta com valor inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor de referência do item correspondente, consubstanciando presunção relativa de inexecuibilidade (art. 59, § 2º, da Lei nº 14.133/2021); ou

4.5.2.2 Proposta com valor situado entre 50% e 60% (sessenta por cento) do valor de referência, quando o Pregoeiro identificar, de forma objetiva e fundamentada, indícios concretos de inviabilidade econômica, tais como: preço praticado flagrantemente abaixo do custo de aquisição atacadista, ausência de

capacidade operacional ou histórico de inadimplemento da empresa — vedada a adoção de critérios puramente subjetivos.

4.5.3 Para fins de comprovação irrefutável de exequibilidade, o licitante convocado deverá apresentar, de forma cumulativa:

4.5.3.1 Documento fiscal principal: Nota fiscal de compra ou de venda com data de emissão não superior a 6 (seis) meses anteriores à data da diligência. O documento deve comprovar que o licitante adquiriu ou forneceu o exato material esportivo especificado no Termo de Referência por preço compatível com o lance ofertado. Este documento é o elemento central de comprovação e tem prevalência absoluta sobre planilhas teóricas;

4.5.3.2 Planilha de custos: Planilha detalhada de composição de preços (conforme modelo anexo ao Edital), que possuirá caráter meramente complementar e acessório, não sendo admitida como prova isolada de exequibilidade por sua natureza declaratória e suscetível à manipulação;

4.5.3.3 Memorial descritivo dos métodos, parcerias logísticas ou cadeia de distribuição que justifiquem a vantajosidade comercial ofertada; e

4.5.4 A exigência de comprovação fiscal recente (limite de 6 meses) justifica-se pelas constantes flutuações nas cadeias suprimintares de polímeros, ligas metálicas e tecidos sintéticos, bem como pelas variações cambiais que impactam o mercado nacional e internacional de desporto. Documentos fiscais com prazo superior a este limite são incapazes de refletir a realidade inflacionária e econômica atual, sendo sumariamente rejeitados.

4.5.5 Da Dinâmica da Diligência Oficial via Chat:

4.5.5.1 Ao ser instado pelo Pregoeiro, exclusivamente via chat do sistema eletrônico, a comprovar a exequibilidade de seu preço, o licitante fica ciente de que a mensagem possui força de diligência formal e preclusiva. O licitante deverá encaminhar a documentação probatória de forma plena no prazo assinalado na sessão. Não será necessária a abertura de nova diligência para reiterar pedidos de documentos básicos faltantes. É de inteira responsabilidade do fornecedor manter-se logado e conhecer previamente as regras de exequibilidade do edital e seus anexos.

4.5.6 A não apresentação dos documentos exigidos, a apresentação de notas fiscais de materiais genéricos /inferiores aos exigidos, ou o descumprimento do prazo estipulado no chat pelo Pregoeiro implicará na desclassificação imediata da proposta, nos termos do art. 59, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.

4.6 O Pregoeiro e a Equipe de Apoio estarão à disposição para esclarecimentos no período compreendido entre a divulgação do certame e a data da sessão pública do pregão, sendo certo que a não observância das regras

5. Levantamento de Mercado

5.1 Metodologia da Prospecção

5.1.1 Em estrita observância ao art. 18, §1º, inciso V, da Lei nº 14.133/2021 e ao art. 9º, inciso I, da IN SEGES /MGI nº 58/2022, o levantamento de mercado foi conduzido mediante consulta ao Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), análise de atas de registro de preços de contratações similares realizadas por outras Organizações Militares e Instituições Federais de Ensino, bem como verificação de catálogos de fornecedores atacadistas e varejistas do segmento desportivo.

5.2 Análise das Alternativas Possíveis

Durante a prospecção, avaliou-se as seguintes alternativas mercadológicas para suprir a necessidade da Escola Naval:

5.2.1 Locação de Materiais Esportivos: A alternativa de locação de equipamentos desportivos e de uso pessoal (como quimonos, uniformes, tatames e bolas) foi sumariamente descartada. Além de não possuir aderência às práticas de mercado, a locação apresenta grave risco sanitário, impossibilidade de manutenção de higiene face ao intenso desgaste pelo suor e atrito, resultando em inviabilidade técnica e econômica.

5.2.2 Aquisição sob Demanda (Pronta Entrega Total): A compra com entrega única obrigaria a Escola Naval a estocar grandes volumes de material de borracha, couro e polímeros que tendem a ressecar e perder a validade /pressão se armazenados sem uso prolongado.

5.2.3 Aquisição Parcelada via Sistema de Registro de Preços (Solução Adotada): Consubstancia-se na solução mais eficiente, econômica e alinhada às necessidades da Administração, permitindo que a Unidade Gestora acione o mercado fornecedor de maneira fracionada, apenas quando houver o desgaste real do acervo em uso, transferindo o ônus da estocagem para o fornecedor.

5.3 Da Competitividade e Adequação dos Requisitos (Não Restrição)

5.3.1 O levantamento evidenciou que o mercado fornecedor de materiais e equipamentos esportivos no Brasil é de ampla competitividade e elevada capilaridade, sendo composto por inúmeros fabricantes, distribuidores, atacadistas e importadores aptos a fornecer os objetos demandados.

5.3.2 Conforme exige o §2º do art. 9º da IN SEGES/MGI nº 58/2022, atesta-se que os requisitos de contratação descritos no item 4 deste estudo — notadamente as exigências de que os materiais obedeçam aos parâmetros e dimensões oficiais das Confederações Desportivas Nacionais e Internacionais — não configuram restrição indevida ao caráter competitivo do certame.

5.3.3 Tais exigências são reputadas como estritamente indispensáveis e irrenunciáveis, tendo em vista que a Escola Naval sediará eventos de alto rendimento (como a NAVAMAER) cujos regulamentos proíbem a utilização de materiais fora dos padrões oficiais de peso, dimensão e resiliência mecânica. Não há, portanto, exigências de certificações exclusivas ou marcações que limitem o mercado, garantindo-se ampla participação de empresas de todos os portes.

5.4 No presente processo, foram avaliados os custos e vantagens conforme o art. 44 da lei 14.133, optando-se pela aquisição.

5.5 Foi verificado junto ao sistema ETP digital e utilizado no que coube ao objeto deste certame soluções ao objeto proposto.

6. Descrição da solução como um todo

6.1 A solução adotada consubstancia-se na formação de Ata de Registro de Preços (ARP) para a eventual aquisição de materiais, equipamentos e acessórios esportivos destinados ao treinamento e rotina da Escola Naval. A contratação será processada na modalidade Pregão, na sua forma Eletrônica, adotando-se o critério de julgamento de Menor Preço por Item. O Sistema de Registro de Preços (SRP) terá vigência de 12 (doze) meses, estando presentes e detalhados neste Estudo e no Termo de Referência todos os elementos necessários à identificação dos bens, seus padrões de qualidade e critérios de participação, em estrita observância ao Decreto nº 11.462/2023, que regulamenta o SRP no âmbito da Lei nº 14.133/2021.

6.2 A adoção do SRP, atrelada a especificações técnicas rigorosas, possibilitará significativa economia de escala, otimização da gestão logística e eliminação de perdas por ressecamento ou obsolescência (envelhecimento de borrachas, polímeros e tecidos estocados sem uso). A medida visa garantir o atendimento ininterrupto da rotina do Treinamento Físico Militar (TFM) e da preparação para a NAVAMAER e competições análogas. Ao invés de receber todo o volume de uma só vez — o que sobrecarregaria os armazéns da Escola Naval —, a Administração efetuará os pedidos de acordo com o desgaste real dos itens em uso, enquadrando-se com exatidão nos pressupostos do art. 3º, incisos I e II, do Decreto nº 11.462/2023.

6.3 Com fulcro no art. 43 da Lei nº 14.133/2021, foram observados os custos e as vantagens operacionais da contratação, conforme o art. 44 da mesma Lei. A demanda por materiais esportivos é periódica, sujeita a quebras imprevistas e danos acidentais durante a prática desportiva de alto rendimento, o que impede a fixação prévia de um cronograma engessado de consumo, tornando o SRP a solução técnica e econômica mais adequada para o provimento desta Unidade Gestora.

6.4 Do Parcelamento do Objeto: Com amparo no art. 40, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, a presente contratação será parcelada (dividida por itens específicos). Tal divisão é tecnicamente viável e economicamente vantajosa, pois o mercado desportivo é altamente segmentado (empresas que fabricam tatames de judô não necessariamente fornecem armas de esgrima ou material de polo aquático). O parcelamento garante a máxima competitividade e viabiliza a ampla participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (ME/EPP) em nichos específicos de mercado.

6.5 Da Garantia e Assistência Técnica: Em atendimento ao disposto na Instrução Normativa SEGES/MGI nº 58/2022, a solução engloba a exigência de garantia contra vícios de fabricação para todos os itens, bem como a obrigatoriedade de assistência técnica autorizada nacional (com substituição sem ônus à Administração) para equipamentos complexos ou que possuam componentes digitais/eletrônicos e de precisão, resguardando o erário contra defeitos prematuros.

6.6 Do Enquadramento Jurídico e Padronização: O objeto deste Estudo Técnico Preliminar restringe-se exclusivamente à aquisição de bens comuns. Registra-se que a presente instrução encontra-se integralmente abrigada pelo PARECER REFERENCIAL Nº 00001/2026/CONAQ/SCGP/CGU/AGU, aplicável a procedimentos licitatórios na modalidade pregão eletrônico para aquisição de bens comuns, com adoção do Sistema de Registro de Preços, critério de menor preço e adoção estrita das minutas padronizadas, cujo valor global estimado respeita o limite teto de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). Cumpridos tais requisitos, a autoridade administrativa certifica que o processo se amolda ao conteúdo do referido normativo, operando-se a dispensa legal do envio dos autos para a análise individualizada da Consultoria Jurídica da União.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1 Metodologia de Definição dos Quantitativos

7.1.1 Em atendimento ao art. 18, §1º, inciso IV, c/c art. 40, inciso III da Lei nº 14.133/2021, a estimativa das quantidades a serem contratadas fundamenta-se em fatos concretos e no histórico logístico da Instituição. Os quantitativos foram extraídos da consolidação das demandas técnicas do Departamento de Educação Física e Esportes da Escola Naval, adotando-se como parâmetro basilar de série histórica as quantidades executadas no Processo Administrativo nº 63099.001362/2024-71 (Pregão Eletrônico nº 9005/2025). As quantidades foram estritamente ajustadas para a necessidade atual de renovação (total ou parcial) do acervo desportivo perante o desgaste de uso. A memória de cálculo e a listagem exata dos itens encontram-se detalhadas na Planilha de Estimativas (Anexo deste Estudo).

7.2 Da Natureza do Sistema de Registro de Preços (SRP)

Cumprir ressaltar que, por se tratar de licitação processada sob o rito do Sistema de Registro de Preços, os quantitativos delineados representam o limite máximo passível de aquisição durante a vigência da Ata. Nos precisos termos do art. 83 da Lei nº 14.133/2021, a existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar a totalidade dos quantitativos indicados, ocorrendo as solicitações de fornecimento de forma fracionada, de acordo com a estrita necessidade e disponibilidade orçamentária da Escola Naval. Frise-se, contudo, que após a emissão da nota de empenho e da ordem de fornecimento, a execução do objeto torna-se vinculante e de cumprimento obrigatório por parte da Contratada.

7.3 Do Parcelamento, Divisibilidade e Tratamento Diferenciado (ME/EPP)

7.3.1 O objeto desta contratação possui natureza eminentemente divisível, sendo técnica e economicamente vantajoso o seu parcelamento por itens, garantindo a máxima ampliação da competitividade, conforme diretriz do art. 40, inciso V, da Lei nº 14.133/2021.

7.3.2 Considerando que a licitação possui julgamento de menor preço por item, atesta-se que os valores estimados de cada item individualmente não ultrapassam o teto legal de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

7.3.3 Por conseguinte, em estrito cumprimento ao art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, regulamentado pelo Decreto nº 8.538/2015, e chancelado pelo art. 4º da Lei nº 14.133/2021, todos os itens deste certame serão destinados à participação exclusiva de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP). Tal enquadramento dispensa a aplicação de cotas reservadas de 25% (aplicáveis apenas a itens superiores a R\$ 80.000,00) e garante o fomento ao desenvolvimento local, sem risco de prejuízo à Administração, dado o amplo universo de pequenos fornecedores no segmento desportivo.

7.4. Nos termos do art. 7º, inciso I, c/c o art. 22 do Decreto nº 11.462/2023 e do art. 86, §§ 1º ao 8º, da Lei nº 14.133/2021, oriunda do presente processo por órgãos e entidades fica possibilitada a adesão à Ata de Registro de Preços não participantes, na condição de "carona", sempre que comprovada a vantajosidade da contratação e observados os limites quantitativos registrados na Ata.

7.4.1. Registra-se que o órgão gerenciador do presente processo — a Escola Naval — integra a estrutura da Marinha do Brasil, que conta com mais de 150 Organizações Militares (OM) sediadas no Estado do Rio de Janeiro, todas formalmente designadas como Unidades Gestoras (UG), algumas delas também cadastradas como UASG no Sistema de Serviços Gerais (SISG) dos órgãos da Administração Federal Direta, todas dotadas de Ordenadores de Despesa devidamente designados.

7.4.2. A Escola Naval atua como órgão gerenciador do presente processo licitatório em decorrência de estudo de otimização de aquisições e contratações realizado pelas OM da Marinha do Brasil, com o objetivo de atender com maior efetividade e celeridade a demanda das unidades integrantes de sua estrutura. A atuação como gerenciadora observa o Calendário Anual de Licitações (CAL) e o Programa de Aplicações de Recursos (PAR), documentos internos que servem de base para a distribuição planejada e organizada dos recursos nas diversas unidades administrativas.

7.4.3. Em razão da expressiva demanda imposta às Organizações Militares, aliada à limitação de força de trabalho e ao cenário de restrição orçamentária, alguns processos licitatórios planejados não chegam a ser efetivamente iniciados, gerando demanda reprimida que, por vezes, é atendida por meio de adesões a Atas de Registro de Preços em vigor, mecanismo administrativamente mais célere do que a instauração de novo processo licitatório.

7.4.4. A natureza das atividades militares das Organizações implica, ainda, grau relevante de imprevisibilidade operacional, com possibilidade de antecipação de períodos de reparo, inclusão ou antecipação de comissões e operações não previstas inicialmente para os meios operativos das OM. Essa imprevisibilidade pode ser sobrepujada administrativamente por meio de adesão à Ata de Registro de Preços, sempre que comprovada a vantajosidade na contratação, conferindo maior agilidade ao atendimento da demanda sem a necessidade de abertura de novo certame.

7.4.5. Justifica-se, assim, a previsão expressa da possibilidade de adesão por órgãos não participantes no presente processo, com o objetivo de atender preferencialmente as OM da Marinha do Brasil que não tenham atuado como órgão participante no certame, dada a similaridade de natureza entre as unidades militares de terra e a eventual imprevisibilidade de suas demandas, respeitados em qualquer caso os limites quantitativos e as formalidades previstas no art. 86, §§ 1º ao 8º, da Lei nº 14.133/2021 e no art. 22 do Decreto nº 11.462/2023.

7.5 Da Dispensa de Intenção de Registro de Preços (IRP) e Permissão de Adesões ("Caronas")

7.5.1 Nos termos do art. 86, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, c/c o art. 9º, § 2º, do Decreto nº 11.462/2023, fica justificada a dispensa da realização do procedimento prévio de Intenção de Registro de Preços (IRP), figurando a Escola Naval como órgão gerenciador e único contratante inicial desta Ata.

7.5.2 A dispensa da IRP justifica-se fática e operacionalmente pela exiguidade de tempo face à proximidade do início do calendário da competição esportiva NAVAMAER. A abertura de prazos regulamentares para a

manifestação e consolidação de demandas de outros entes elasteceria severamente o cronograma da fase preparatória, além de o setor de obtenção desta Unidade Gestora não dispor, no momento, de força de trabalho suficiente para o gerenciamento prévio de múltiplas demandas externas.

7.5.3 Não obstante a ausência de órgãos participantes iniciais, em prestígio aos princípios da eficiência, da economicidade e da racionalização administrativa, a futura Ata de Registro de Preços admitirá a adesão de órgãos e entidades não participantes ("caronas"), nos termos do art. 86, § 2º, da Lei nº 14.133/2021 e do art. 32 do Decreto nº 11.462/2023.

7.5.4 As eventuais adesões supervenientes ficarão condicionadas à demonstração de vantajosidade, à concordância do fornecedor e à autorização expressa da Escola Naval, devendo observar rigorosamente os limites quantitativos legais: o quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 412.275,63

8.1 Diretrizes Normativas e Metodologia

8.1.1 A estimativa do valor da contratação foi realizada em estrita observância ao art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e aos procedimentos administrativos consolidados pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, que disciplina a balização de preços para a aquisição de bens na Administração Pública Federal.

8.1.2 Adotou-se como método matemático para a definição dos preços de referência a Média Aritmética dos valores obtidos, aplicada após uma rigorosa filtragem da amostra coletada na ferramenta oficial do sistema.

8.2 Das Fontes Consultadas e Saneamento Plural

8.2.1 Os valores de referência foram extraídos de forma combinada através das fontes previstas no art. 5º da IN SEGES/ME nº 65/2021, utilizando a ferramenta de Pesquisa de Preços do sistema Compras.gov.br. A base amostral foi composta por contratações públicas similares (Incisos I e II) e por pesquisas diretas em sítios eletrônicos de comércio virtual especializado (Inciso III).

8.2.2 Garantiu-se o saneamento da amostra mediante o expurgo de valores manifestamente desproporcionais, inexecutáveis ou excessivamente elevados, assegurando que o preço estimado reflita com fidelidade a média real do mercado desportivo, mitigando riscos de sobrepreço.

8.3 Do Montante Estimado e Enquadramento ao Parecer Referencial

8.3.1 Conforme detalhado no Relatório de Pesquisa de Preços nº 39/2026, que instrui os presentes autos e fundamenta este Estudo Técnico Preliminar, o valor total global estimado para o fornecimento dos 62 itens perfaz o montante de R\$ 412.275,63 (quatrocentos e doze mil, duzentos e setenta e cinco reais e sessenta e três centavos).

8.3.2 O enquadramento do valor global em patamar significativamente inferior ao limite teto de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) ratifica a plena aplicabilidade do PARECER REFERENCIAL Nº 00001/2026/CONAQ/SCGP /CGU/AGU (voltado a aquisições de bens comuns), operando-se a dispensa de análise jurídica individualizada por parte do órgão de assessoramento consultivo face ao estrito cumprimento das recomendações obrigatórias.

8.4 Dos Preços Máximos Aceitáveis e Regras de Classificação

8.4.1 Os valores unitários apurados e fixados na planilha detalhada servirão como o preço máximo aceitável pela Escola Naval para fins de julgamento e classificação das propostas na sessão pública, com fulcro no art. 34 da IN SEGES/MGI nº 73/2022.

8.4.2 Serão sumariamente desclassificadas as propostas ou lances que, após a etapa de negociação, superarem os valores unitários máximos estabelecidos para cada item desportivo, independentemente de o valor global ofertado pela licitante situar-se abaixo do limite total estimado para o certame.

8.5 Da Prorrogação da Ata e Renovação de Quantitativos

8.5.1 Em estrito alinhamento com a Nota Técnica de Preços e com o entendimento fixado pelo Parecer nº 00075/2024/DECOR/CGU/AGU, registra-se que os preços desonerados nesta fase interna servirão de lastro para a eventual prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços por igual período, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021 c/c o Decreto nº 11.462/2023.

8.5.2 A referida prorrogação admitirá a renovação da totalidade dos quantitativos inicialmente registrados, desde que demonstrada em sede de nova pesquisa de mercado a manutenção da vantajosidade económica dos preços homologados e colhida a expressa anuência da licitante detentora da Ata, formalizando-se o ato por termo aditivo dentro do prazo de vigência regulamentar.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 Do Conceito de Divisibilidade

9.1.1 Para fins do presente estudo, e em estrita observância à Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União (TCU) e ao art. 40, inciso V, alínea "b", da Lei nº 14.133/2021, considerou-se a premissa de que a regra geral nas contratações públicas é o parcelamento do objeto, desde que técnica e economicamente viável. Consideram-se bens divisíveis aqueles cujo fracionamento não resulta na alteração de sua substância, na diminuição considerável de seu valor ou no prejuízo do uso a que se destinam.

9.2 Da Viabilidade Técnica e Económica do Parcelamento

9.2.1 Atesta-se que a solução pretendida neste processo (aquisição eventual de materiais para diversas modalidades esportivas e exercícios resistidos/cíclicos) possui natureza eminentemente divisível. O objeto em comento não configura um sistema único ou integrado que imponha a necessidade de fornecimento por uma única empresa (não se enquadrando nas exceções de não parcelamento previstas no § 3º do art. 40 da Lei nº 14.133/2021).

9.2.2 O mercado fornecedor da área desportiva caracteriza-se por sua alta segmentação. Empresas fabricantes ou distribuidoras de material de judô (tatames, quimonos) não são, via de regra, os mesmos fornecedores de materiais de esgrima, atletismo ou natação.

9.2.3 Desta forma, o parcelamento não acarreta perda de economia de escala; pelo contrário, promove o melhor aproveitamento das especialidades do mercado, viabilizando o aumento da competitividade.

9.3 Da Adjudicação por Item Em decorrência da viabilidade técnica e económica supracitada, o processo será parcelado e licitado adotando-se o critério de Julgamento pelo Menor Preço por Item. Cada um dos 62 (sessenta e dois) itens que compõem o catálogo deste certame será disputado de forma autônoma e independente na sessão pública do Pregão Eletrônico.

9.4 Da Independência das Fases e Diligências Por fim, registra-se que todos os procedimentos subsequentes ao julgamento das propostas (tais como fase de habilitação, solicitação de laudos, avaliação de catálogos técnicos ou amostras e diligências de exequibilidade) serão processados, avaliados e cobrados item a item. A eventual desclassificação de uma proposta ou a inabilitação de um fornecedor em determinado item não contaminará nem implicará qualquer consequência automática e prejudicial aos demais itens vencidos pela mesma licitante, garantindo a lisura e a eficiência máxima do certame.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1 Não verificam-se contratações correlatas para execução do objeto.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A aquisição em tela está alinhada com o plano de aquisições anual (PAR), conforme objetivos e missão institucional da Escola Naval. Além disso, as Forças Armadas estão dispensadas de utilizar o Plano Anual de Contratação conforme decreto nº 11.137 de 18 de julho de 2022.

11.1.1 Nos termos do Decreto nº 11.462, de 2023, em seu art.17 fica postergado a indicação de créditos orçamentários para o momento da assinatura do instrumento contratual.

11.2 Das considerações e Diligenciamentos de todo processo :

11.2.1 Com fulcro no art. 12 do. Decreto n.º 11.246 de 2022, o presente processo tem segregado as funções de atuação dos agentes designados por meio de portarias em ordem, como atesta o termo de autuação.

11.2.2 Com fulcro na portaria Seges/me n.º 8.678, de 19 de julho de 2021, e seu art. 6º, foi efetuado **Diligenciamento** quanto aos instrumentos de governança.

11.2.3 Com fulcro na portaria Seges/ME n.º 8.678, de 19 de julho de 2021, e seu art. 6 inciso I, foi verificado o Plano Diretor de Logística Sustentável - PLS da Marinha, o qual não traz observações para o objeto proposto.

11.2.4 O presente processo tem como norte as observações da ON-AGU 2/2009 para todas as suas fases, autuado de forma digital, observando sua cronologia.

11.2.5 Com fulcro no decreto n.º 8539 de 2015, c/c a lei 14.133 em seu artigo XII inciso VI, o presente processo foi instaurado de forma digital desde sua gênese, e os documentos produzidos neste processo têm sua temporalidade de acordo com o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), por intermédio da gestão de atos e procedimentos, do Protocolo Geral e arquivo do Ministério da Defesa, aplicável aos Comandos das Forças Armadas.

11.2.6 Com fulcro no art. 12, inciso VI da lei n.º 14.133/2021, c/c a declaração de utilização de modelos AGU /MGI art. 29 e art. 35 da Instrução Normativa n.º 05/2017 e enunciado BPC n.º 06, junto a este processo foram utilizados os documentos disponíveis pelas Seges para confecção dos autos de forma digital e suas assinaturas são efetuadas por chave ICP.

11.2.7 Com fulcro no § 2º e § 1º do art. 18 da lei 14.133, certifica-se que o presente estudo técnico contempla todos os itens necessários à clareza da necessidade do objeto.

11.2.8 Com fulcro na IN Seges/ME n.º 81/2022 em seu art. 3º, inciso II e art. 4º, o TR do processo foi elaborado de forma digital.

11.2.9 Com fulcro na IN Seges/ME n.º 81/2022 em seu art. 7º, certifica-se que o TR se encontra alinhado ao Plano de Contratações Anual deste órgão, bem como foi efetuado Diligenciamento quanto ao PLS (Plano Diretor de Logística Sustentável deste órgão) e instrumentos de governança.

11.2.10 Com fulcro na IN Seges/ME n.º 81/2022, o TR não se classifica nos termos da lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011.

11.2.11 No presente processo foram observadas as condições de pagamento nos termos do artigo 40 da lei 14.133 e IN Seges/ME n.º 77/2022.

11.2.12 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme decreto n.º. 10.818, de 27 de setembro de 2021.

11.2.13 O presente processo não utilizou o Catálogo Eletrônico de Padronização, pois a Marinha do Brasil não possui catalogação de itens, contudo foi observado e utilizado os documentos dispostos de forma digital pelo SIASG NET, oriundos da AGU.

11.2.14 Com fulcro no Decreto n.º 8.540/2015, art.3º c/c a Lei 14.133, de 2021, artigo 11, inciso I, o presente processo é de interesse desta administração, sendo essencial a esta Unidade Gestora, não causando impacto ambiental.

11.2.15 O presente processo não trata de expansão, nem criação ou aperfeiçoamento de ação governamental pelo órgão.

11.2.16 No processo em comento, a qualificação técnica e econômica ficam indispensáveis nos termos do art. 70, III, da lei n.º 14.133/2021

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1 A aquisição dos materiais elencados no processo em tela apresenta os seguintes benefícios:

12.1.1 Melhores meios para otimizar a preparação física e esportiva do Corpo de Aspirantes da Escola Naval;

12.1.2 Reacompletamento de itens que já sofreram desgaste em decorrência do uso, uma vez que a utilização de materiais esportivos fora das condições adequadas pode ocasionar lesões e perda de rendimento;

12.1.3 Proporcionar os materiais necessários para uma organização eficiente e eficaz das competições esportivas a serem realizadas na Escola Naval;

12.2 Assim, entendendo que as aquisições almejadas podem dar subsídios para que a Escola Naval tenha acesso aos recursos e elementos exigidos para o desenvolvimento e manutenção da higidez física dos futuros Oficiais, assim como no que diz respeito à capacidade de bem organizar as diversas competições, o presente processo tem como objetivo realizar o registro de preços para a possível aquisição de materiais para modalidades esportivas, materiais para uso esportivo, materiais diversos e variados, a fim de serem utilizados no ano letivo e nas diversas competições.

12.3 O alcance dos benefícios passa pela fiel observância dos artigos 5º e 11º da lei n.º 14.133, de 1º abril de 2021.

13. Providências a serem Adotadas

13.1 Não se vislumbra necessidade de tomada de providências de adequações para a solução a ser contratada, referente às aquisições pretendidas.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 Para o referido processo, não se vislumbram impactos ambientais diretos. Com relação ao acondicionamento dos materiais em embalagens adequadas e que sejam recicláveis, tal recomendação encontra respaldo no art. 5º, inciso III, da Instrução Normativa SLTI/MPOG n.º 01/2010, sendo claramente exposto no presente processo, visando o devido conhecimento das licitantes participantes. Além disso, a observação do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, 7º, edição, da Advocacia-Geral da União, também foi considerada.

15. Vedação à participação de Consórcio

15.1 Considerando que as aquisições almejadas neste processo são de pequeno vulto, simples e comuns, podendo ser perfeitamente atendidas por empresas de pequeno e médio porte, veda-se a participação de interessadas que se apresentem constituídas sob a forma de consórcio.

16.2 Os requisitos mínimos exigidos em termos da qualificação técnica e econômico-financeira podem ser perfeitamente atendidos por empresas de pequeno e médio porte, garantindo a execução de contratos dessa natureza de objeto.

16.3 Ressalta-se que a vedação à participação de consórcio não prejudicará o certame, uma vez que os itens do presente objeto podem ser fornecidos com relativa facilidade por empresas isoladas, proporcionando, assim, um maior caráter competitivo e um maior número de licitantes. Tal vedação, desde que justificada, encontra base no Art. 15 da Lei nº 14.133/2021.

16. Classificação de Bens Comuns

17.1 Os bens a serem adquiridos se enquadram na classificação de bens comuns, nos termos do Art. 6, inciso XIII, da Lei nº 14.133/21, uma vez que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais do mercado.

17.2 Com base no inciso XVII do supracitado Artigo e Lei, os serviços se caracterizam como não continuado, pois impõe ao contratado que seja realizado em período predeterminado. Não há geração de vínculo empregatício, por meio deste processo, entre os funcionários da Contratada e a Administração Contratante.

17. Garantia da contratação

18.1 Não haverá exigência das garantias da contratação elencadas no Art. 96, § 1º, incisos I ao VI, da Lei nº 14.133 /21, tendo em vista que a contratação se refere ao fornecimento de bens de consumo simples, cujas características técnicas reduzem a necessidade de garantia de execução.

18.2 A exigência de garantia geraria impactos e custos administrativos adicionais que não se justificam em função do baixo risco associado.

18.3 A exigência de garantia poderia restringir a competitividade do certame, especialmente entre as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, que podem apresentar menor capacidade de oferecer garantias.

18.4 A Administração dispõe de mecanismos eficientes de fiscalização e controle, capazes de mitigar os riscos de inadimplemento.

18. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

18.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento, conforme todas as alegações apresentadas, declarava viável; e no presente estudo, foram utilizados todos os elementos previstos nos termos do art. 18, § 1º, da lei n.º 14.133, de 2021.

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Em acordo a Portaria de Designação Anexa ao Processo.

ALEX ALBERT SOUZA DE CARVALHO

EQUIPE DE PLANEJAMENTO

Despacho: Em acordo a Portaria de Designação Anexa ao Processo.

CAROLINE RANGEL PINTO DE SOUZA PAES

EQUIPE DE PLANEJAMENTO

Despacho: Em acordo a Portaria de Designação Anexa ao Processo.

ANTONIO NACELIO XIMENES BARROSO

EQUIPE DE PLANEJAMENTO

Despacho: Em acordo a Portaria de Designação Anexa ao Processo.

BRUNO GOMES DE CARVALHO

EQUIPE DE PLANEJAMENTO

Despacho: Em acordo a Portaria de Designação Anexa ao Processo.

ARADSON DOS SANTOS ALVES

EQUIPE DE PLANEJAMENTO

Despacho: Em acordo a Portaria de Designação Anexa ao Processo.

CARLOS EDUARDO DA SILVEIRA AVELAR

EQUIPE DE PLANEJAMENTO

ESCOLA NAVAL

Ata de Registro de Preços 32/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
32/2026	762400-ESCOLA NAVAL	JULIANA SANTOS DE ABREU	18/05/2026 15:16 (v 0.4)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		63099.002673/2026-10

1. DO OBJETO



Processo Administrativo nº 63099.002673/2026-10

Ata de Registro de Preços nº XX/2026

Anexo II

A Escola Naval, com sede na Av. Sylvio de Noronha s/nº, Ilha de Villegagnon, Castelo, Rio de Janeiro/RJ inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.394.502/0099-58, neste ato representado(a) pelo(a) [cargo e nome], nomeado(a) pela Portaria nº XX, de [dia] de [mês] de [ano], publicada no DOU de [dia] de [mês] de [ano], portador da Matrícula Funcional nº [nº matrícula], considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/202..., publicada no de/...../202....., processo administrativo n.º 63099.001189/2026-73, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de de materiais para modalidades esportivas, uso esportivo, materiais diversos e variados, e materiais para exercícios resistidos e cíclicos, especificados no item 1.1 do Termo de Referência, anexo I do edital de licitação, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

- 3.1. O órgão gerenciador será a *Escola Naval*.
- 3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
- 4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
 - 4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
 - 4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
- 4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
- 4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
- 4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
- 4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
- 4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. *As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.*

4.7. *O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.*

4.8. *Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.*

4.9. *A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.*

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10. *É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.*

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. *A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir[A1] do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.*

5.1.1. *Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.*

5.1.2. *O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.*

5.1.3. *Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.*

5.2. *A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.*

5.2.1. *O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.*

5.3. *Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.*

5.4. *Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:*

5.4.1. *Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;*

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no *edital*; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do *edital*, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no *edital*.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente[A1] após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao *edital*.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (...) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e *encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver)*.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

12. ANEXO

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JULIANA SANTOS DE ABREU

Equipe de apoio

ESCOLA NAVAL

Contrato 16/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
16/2026	762400-ESCOLA NAVAL	JULIANA SANTOS DE ABREU	19/05/2026 14:29 (v 0.3)
Status			
RASCUNHO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
Ainda não definida		

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO



(Processo Administrativo nº 63099.002673/2026-10)

Anexo III

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xx/2026, QUE FAZEM ENTRE SI A
UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A)
E

A União , por intermédio da Escola Naval, com sede na Av. Almirante Sylvio de Noronha s/nº - Castelo - Rio de Janeiro -RJ - CEP: 20.021-010 inscrito(a) no CNPJ sob o nº 00394502/0099-58, neste ato representado(a) pelo(a) [cargo e nome], nomeado(a) pela Portaria nº XX, de [dia] de [mês] de [ano], publicada no DOU de [dia] de [mês] de [ano], portador da Matrícula Funcional nº [nº matrícula], doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta OU no Processo nº 63099.001189/2026-73 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) Pregão Eletrônico nº 90007 /2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a aquisição de de materiais para modalidades esportivas, uso esportivo, materiais diversos e variados, e materiais para exercícios resistidos e cíclicos, conforme condições, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

--	--	--	--	--	--	--

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL [A3]
1						
2						
3						
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do instrumento contratual, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxxx)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.8.1. A Administração terá o prazo de 7 (sete) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 5 (cinco) dias;

8.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.16. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.
[A4]

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. *Não haverá exigência de garantia contratual da execução.*

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. *O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.*

13.1.1. . Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.2 *Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:*

13.2.1. . ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

13.2.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.7.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.7.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.7.3. Das indenizações e multas.

13.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.9. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.10. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.[A1]

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I) Gestão/unidade: [...];

II) Fonte de recursos: [...];

III) Programa de trabalho: [...];

IV) Elemento de despesa: [...]; e

V) Plano interno: [...]; e

VI) Nota de empenho: [...];

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Rio de Janeiro, Seção Judiciária de XXXXX para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JULIANA SANTOS DE ABREU

Equipe de apoio

TIMBRE OU LOGOTIPO DA PROPONENTE / CNPJ

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Preencher integralmente por processo mecânico ou eletrônico, sem emendas e rasuras; conter os preços em algarismos e por extenso, já incluídos todos os custos diretos e indiretos, transporte e entrega no local indicado pelo órgão/entidade contratante, seguros, tributos, remunerações, despesas fiscais e financeiras e quaisquer outras não mencionadas; ser datada e assinada por representante legal da empresa.

DADOS DO PROPONENTE	
Nome:	
Endereço:	
Telefone:	E-mail:
Elemento de Contato:	

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UF	QTD	VL.UNIT	VALOR TOTAL
1					
2					
3					
4					

Valor Total da Proposta (por extenso):

VALIDADE DA PROPOSTA
60 (sessenta) dias.

LOCAIS DE ENTREGA DO MATERIAL
ESCOLA NAVAL (EN) – Av. Almirante Sylvio de Noronha s/nº, Ilha de Villegagnon, Castelo, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20021-010.

DADOS BANCÁRIOS
Banco: Abc / xxx
Agência: (Número)
Conta Corrente: (Número)

Declaramos inteira submissão a presente proposta e legislação vigente.

Local, Rio de Janeiro, em, de de 2025.

Assinatura representante legal da Empresa

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS																	
Com base no Capítulo V Art. 59 Inciso III e IV da Lei 14.133/2021 e IN SEGES/ME n.º 73, DE 30 DE SETEMBRO DE 2022 em seu capítulo VIII Art. 34 que versão sobre Exequibilidade esta administração apresenta um modelo de planilha de custos e formação de preços que pode ser utilizado (caso solicitado) como referência para a elaboração da sua planilha ato este em caso de ocorrência a ferimento dos termos da lei supracitados.																	
EMPRESA:				ENDEREÇO:			CNPJ:										DATA:
				CUSTO DE AQUISIÇÃO / PRODUÇÃO UNITÁRIO - EM R\$ (A)			IMPOSTOS E TAXAS - EM R\$ (B)							CUSTO DE CARGA E DESCARGA - EM R\$ (C)	OUTROS CUSTOS - EM R\$ (D)	MARGEM DE LUCRO - EM R\$ (E)	CUSTO TOTAL DO ITEM (A+B+C+D+E = VALOR OFERTADO)
ITEM	DESCRIÇÃO	UF	QTD	MATÉRIA PRIMA	CUSTO OPERACIONAL	CUSTO DO PRODUTO	SIMPLES NACIONAL	ICMS	PIS	COFINS	CSLL	IR	OUTROS	FRETE	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	LUCRO	
1				R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2				R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3				R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
4				R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5				R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
6				R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
7				R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
8				R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
9				R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
10				R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
11				R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Assinatura do Representante